



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de **Doutoramento em Direito**

Unidade curricular

Introdução ao Direito Público

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Brito Veiga Moniz Lopes – Anual

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A compreensão não essencialista dos ramos do direito, como a de qualquer categoria, resulta de um determinado convencionalismo reinante. A este parece escapar, porém, a "summa divisio" entre Direito Público e Direito Privado. O Direito Público português compreende princípios próprios, tanto comuns aos sistemas constitucional e administrativo, como exclusivos de cada um destes. Este seminário pretende discutir a complexa tarefa de distinção entre princípios e regras, compreender a síntese informativa que contêm, isolar o modo de operar e, em virtude de características próprias, arrumá-los, entre outras categorias, em:

- princípios materiais e formais;
- princípios decisórios e organizatórios;
- princípios explícitos e implícitos e;
- princípios excludentes e não excludentes.

A categorização dos respectivos princípios afigura-se como um passo particularmente relevante para a compreensão da sua operatividade, em particular nos juízos ponderatórios de prevalência em cenários de conflito normativo (*i.e.*, tanto na contraposição princípio ↔ princípio, como na contraposição princípio ↔ regra).

A compreensão da estrutura e funcionamento dos princípios, na sua qualidade de normas reguladoras de subsectores do ordenamento, afigura-se essencial para o manuseamento dogmático e para o conhecimento normativo das respectivas áreas do direito, com especial enfoque no desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial daqueles, tanto ao nível constitucional como administrativo.

De entre os vários princípios a tratar, avultam os seguintes:

- princípio da separação de poderes
- princípio da dignidade humana
- princípio do Estado de direito democrático
- princípio da tutela da confiança
- princípio da igualdade
- princípio da legalidade
- princípio da prossecução do interesse público
- princípio da proporcionalidade
- princípio da imparcialidade
- princípio da boa fé

Conteúdos programáticos

1. Áreas do direito:
 - 1.1. Direito Público e Direito Privado
 - 1.2. Critérios de distinção
2. Regras e princípios: critérios de distinção



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.1. Critérios estruturais e funcionais
- 2.2. Critérios semânticos, pragmáticos e sintáticos
3. Estrutura, operatividade e categorização dos princípios
 - 3.1. princípios materiais e formais
 - 3.2. princípios decisórios e organizatórios
 - 3.3. princípios explícitos e implícitos
 - 3.4. princípios excludentes e não excludentes
4. Consequências associadas
 - 4.1. Cenários diferenciados de conflito
 - 4.2. Distintos métodos de ponderação
 - 4.3. As especificidades dos cenários de conflito normativo
 - 4.3.1. Conflito princípio ↔ princípio
 - 4.3.2. Conflito princípio ↔ regra
5. Princípios de direito constitucional: função e operatividade
 - 5.1. O princípio da separação de poderes
 - 5.2. O princípio da dignidade humana
 - 5.2.1. Tipos de direitos fundamentais
 - 5.3. O princípio do Estado de direito democrático
 - 5.4. O princípio da igualdade
 - 5.5. O princípio da tutela da confiança
6. Princípios de direito administrativo: função e operatividade
 - 6.1. O princípio da legalidade
 - 6.2. O princípio da prossecução do interesse público
 - 6.3. O princípio da proporcionalidade
 - 6.4. O princípio da imparcialidade
 - 6.5. O princípio da boa fé
 - 6.6. O princípio da justiça

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os principais objetivos desta disciplina consistem na discussão da complexa tarefa de distinção entre princípios e regras, na análise e compreensão da função operativa dos princípios de direito constitucional e administrativo português, na compreensão da síntese informativa que contêm, no isolamento do respectivo modo de operar e, em virtude de características próprias, na sua arrumação em categorias que visam facilitar o seu manuseamento.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Pretende-se a participação dos estudantes nas aulas. Para o efeito, será indicado um conjunto de leituras a efectuar para cada aula. Procurar-se-á promover a discussão e a análise crítica dos elementos estudados. Os estudantes serão também convidados a voluntariamente aprofundar determinados temas, apresentando-os em aula ou elaborando sobre os mesmos pequenos trabalhos escritos (*papers*). Serão realizados debates sobre temas relativos às matérias constantes do programa.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas (25%);
- Apresentações e intervenção em debates (25%);
- Relatório escrito sobre tema do programa (50%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A projectada interactividade das aulas, já acima referida, pretende estimular o espírito crítico dos estudantes. Os alunos serão incentivados a aprofundar certas matérias da sua escolha e preferência, refletindo sobre as mesmas em pequenos trabalhos escritos ou intervenção em debates.

Bibliografia principal

- Aa. Vv. (Fausto de Quadros et. al.), 2016. *Comentário ao Código do Procedimento Administrativo*, Almedina, 201
- Aarnio, Aulis, 1990. *La Tesis de la Única Respuesta Correcta y el Principio Regulatorio del Razionamento Jurídico*, in Dx, 1990, n.º 8, pp. 23 e ss.
- Ackerman, Bruce, 2000. *The New Separation of Powers*, in Harv. L. Rev., 2000, vol. 113, n.º 3, pp. 633 e ss.
- Alchourrón, Carlos, 1991. *Conflicts of Norms and the Revision of Normative Systems*, *Law and Philosophy*, 10, 4: 413 ss
- Alchourrón, Carlos, 2012, On Law and Logic. In *The Logic of Legal Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti, Oxford. Oxford University Press: 39-52.
- Alegretti, Umberto, 1965. *L'Imparzialità Amministrativa*, Padova, 1965
- Aleinikoff, Thomas Alexander, 1987. *Constitutional Law in the Age of Balancing*, in Yale L. J., 1987, vol. 96, n.º 5, pp. 944 e ss.
- Alexy, Robert, 2000. On the Structure of Legal Principles, *Ratio Juris* 13: 294-304.
- Alexy, Robert, 2003. On Balancing and Subsumption: A Structural Comparison, in RJ, 2003, vol. 16, n.º 4, pp. 433 e ss.
- Alexy, Robert, 2003. Die Gewichtsformel, in J. JICKELI ET AL. (eds.), *Gedächtnisschrift für Jürgen Sonnenschein*, Berlin, pp. 771 e ss.
- Alexy, Robert, 2004. Trans. *A Theory of Constitutional Rights*. Oxford: Oxford University Press.
- Alexy, Robert. 2014. Formal Principles: a Reply to Critics. *International Journal of Constitutional Law* 12: 511-524.
- Almeida, Mário Aroso de, 2015. *Teoria Geral do Direito Administrativo: Temas Nucleares*, 2.ª ed., Coimbra.
- Amaral, Diogo Freitas do, 2011. *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, 3.ª ed., Coimbra, 2016
- Atienza, Manuel/Manero, Juan Ruiz, 2005. *Las Piezas del Derecho – Teoría de los Enunciados Jurídicos*. 3rd ed. Barcelona: Ariel.
- Atienza, Manuel/Manero, Juan Ruiz, 2012. Rules, Principles and Defeasibility. In *The Logic of Legal Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti, Oxford. Oxford University Press: 238-254.
- Ávila, Humberto, 2010. *Theory of Legal Principles*, Dordrecht.
- Bäcker, Carsten, 2010. *Rules, Principles and Defeasibility*, in M. Borowski (ed.), *On the Nature of Legal Principles*, Proceedings of the Special Workshop “The Principle Theory”, 23rd World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy, Kraków, 2007, Stuttgart, 2010, pp. 79 e ss.
- Beltrán, Jordi Ferrer/Ratti, Giovanni Battista, 2012. Defeasibility and Legality: a Survey. In *The Logic of Legal*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti. Oxford: Oxford University Press: 11-39.
- Bin, Roberto, 1992. *Diritti i Argomenti. Il Bilanciamento degli Interessi nella Giurisprudenza Costituzionale*, Milano.
- Blanke, Hermann Josep, 2000. *Vertrauensschutz im deutschen und europäischen Verwaltungsrecht*, Tübingen.
- Bolaños, Bernardo, 2010. *Balancing and Legal Decision Theory*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Stuttgart, pp. 63 e ss.
- Borowski, Martin, 1998. *Gründrechte als Prinzipien*, Baden-Baden, 1998
- Borowski, Martin, 2000. *La Restricción a los Derechos Fundamentales*, in REDC, 2000, ano 20, n.º 59, pp. 29 e ss.
- Borowski, Martin, 2011. *Derechos de Defensa como Principios de Derecho Fundamental*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principalista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, 2011, pp. 93 e ss.
- Brożek, Bartosz, 2012. *Legal Rules and Principles: a Theory Revisited. i-lex. Scienze Giuridiche, Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale* 17: 205-226.
- Caetano, Marcello, 2003. *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, vol. 1, 6.ª ed., Coimbra.
- Caetano, Marcello, 2007. *Manual de Direito Administrativo*, vol. I, 10.ª ed., 9.ª reimp., Coimbra.
- Calmes, Sylvia, 2001. *Du principe de la protection de la confiance légitime en droits allemand, communautaire et français*, Paris.
- Canas, Vitalino, 2012. *A proibição do excesso como instrumento mediador de ponderação e optimização (com incursão na teoria das regras e dos princípios)*, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda – vol. III – Direito Constitucional e Justiça Constitucional*, Coimbra, 2012, pp. 811 e ss.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, 2003. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra.
- Carbonell, Miguel (Ed.), 2008, *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008
- Carolan, Eoin, 2009. *The New Separation of Powers: A Theory for the Modern State*, Oxford.
- Casetta, Elio, 2008. *Manuale di Diritto Amministrativo*, Milano.
- Cassese, Sabino, 2006. *Istituzioni di Diritto Amministrativo*, 2.ª ed., Milão.
- Clérico, Laura, 2008. *El Examen de Proporcionalidad: entre el Exceso por Acción y la Insuficiencia por Omisión o Defecto*, in M. Carbonell (ed.), *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008, pp. 167 e ss.
- Clérico, Laura, 2009. *El Examen de Proporcionalidad en el Derecho Constitucional*, Buenos Aires.
- Correia, Fernando Alves, 2001. *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra, 2001
- Correia, José Manuel Sérvulo, 2003. *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, reimp., Coimbra.
- Coutinho, Luís Pereira, 2000. *As Duas Subtracções - Esboço de uma Reconstrução da Separação entre as Funções de Legislar e de Administrar*, in RFDUL, pp. 99 e ss.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Criddle, Evan J., 2006. *Fiduciary Foundations of Administrative Law*, in *UCLA L. Rev.*, n.º 54, pp. 117 e ss.
- De Groot-van Leeuwen, Leny E./Wannes Rombouts (eds.), 2010. *Separation of Powers in Theory and Practice – An International Perspective*, Nijmegen.
- Duarte, David, 1996. *Procedimentalização, Participação e Fundamentação: para uma Concretização do Princípio da Imparcialidade Administrativa como Parâmetro Decisório*, Coimbra.
- Duarte, David, 2006. *A Norma de Legalidade Procedimental Administrativa – A Teoria da Norma e a Criação de Normas de Decisão na Discricionabilidade Instrutória*, Coimbra.
- Duarte, David, 2012. A Experimental Essay on the Antecedent and its Formulation, *i-lex. Scienze Giuridiche, Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale*, 16: 37-60.
- Dworkin, Ronald, 1978. The Model of Rules – I. In Ronald Dworkin, *Taking Rights Seriously*, MA: Harvard University Press: 14-45.
- Dworkin, Ronald, 1985. Is There Really no Right Answer in Hard Cases? In Ronald Dworkin, *A Matter of Principle*. Cambridge MA: Harvard University Press: 119-145.
- Elhag, Abdullatif A.O. /Breuker, Joost A.P.J /Brouwer, Bob W., *On the Formal Analysis of Normative Conflicts*, in H. v. den Herik et. al. (eds.), *Legal Knowledge based Systems*, in *Jurix*, 1999, *The Twelfth Conference*, Nijmegen: 35-46.
- Eisenmann, Charles, 1957. *Le Droit Administratif et le Principe de Legalité*, in *ED/CE*, 1957, n.º 11, pp. 25 e ss..
- Eisenmann, Charles, 1983. *Cours de Droit Administratif*, II, Paris.
- Enterría, Eduardo Garcia de / Tomás Ramón Fernandez, 2004. *Curso de Derecho Administrativo*, 12.ª ed., Madrid, 2004
- Garcia, Maria da Glória, 2005. *Princípio da Igualdade: Fórmula Vazia ou Fórmula “Carregada” de Sentido*, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Coimbra, pp. 66 e ss..
- Guarinoni, Ricardo Victor, 2001. *Después, más alto y excepcional. Criterios de solución de incompatibilidades normativas*, in *Dx*, 2001, n.º 24, pp. 547 e ss.
- Guastini, Riccardo, 1999. Los Principios en el Derecho Positivo. In Riccardo Guastini, *Distinguiendo. Estudios de Teoría y Metateoría del Derecho*. Barcelona: Guedisa: 142-178.
- Guastini, Riccardo, 1999. *La Gramática de ‘Igualdad’*, in *Distinguiendo. Estudios de Teoría y Metateoría del Derecho*. Barcelona, pp. 193 e ss.
- Huerta Ochoa, Carla, 2003. *Conflictos Normativos*, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Juridica, n.º 142, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2003
- Jansen, Nils, 2011. *Los Fundamentos Normativos de la Ponderación Racional en el Derecho*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, 2011, pp. 51 e ss.
- Jiménez, Luis Arroyo, 2009. *Ponderación, Proporcionalidad y Derecho Administrativo*, in L. Ortega/S. de la Sierra (coords.), *Ponderación y Derecho Administrativo*, Madrid, 2009, pp. 19 e ss.
- Krotoszynski Jr., Ronald J., 2011. *The Separation of Legislative and Executive Powers*, in T. Ginsburg / R. Dixon



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(eds.), Comparative Constitutional Law, Northampton.

Leisner, Walter, 1997. *Der Abwägungsstaat: Verhältnismäßigkeit als Gerechtigkeit?*, Berlin.

Lopes, Pedro Moniz, 2011. *Princípio da Boa Fé e Decisão Administrativa – estrutura e operatividade na discricionariedade conferida por normas habilitantes*, Coimbra.

Lopes, Pedro Moniz, 2011. *Princípios como Induções Deônticas: a Previsão Indutiva, o Défice Informativo e a Derrotabilidade Condicional nos Princípios Jurídicos*, in Nomos, edição 1011.1, 2011, pp. 197 e ss.

Luzatti, Claudio, 2012. *Principi e Principi. La Genericità nel Diritto*, Torino: G. Giappichelli Editore.

Magill, Elizabeth, 2000. *The Real Separation in Separation of Powers Law*, in Va. L. Rev., vol 86, n.º 6, pp. 1127 e ss.

Magill, Elizabeth, 2000. *Beyond Powers and Branches in Separation of Powers Law*, in U. Pa. L. Rev., 2001, n.º 150, p. 603 e ss.

Manning, John F., 2011. *Separation of Powers as Ordinary Interpretation*, in Harv. L. Rev., 2011, n.º 124, pp. 1939 e ss.

Martínez Zorrilla, David, 2007. *Conflictos Constitucionales, Ponderación y Indeterminación Normativa*. Madrid: Marcial Pons.

Martinez-Zorrilla, David, 2011. *The Structure of Conflicts of Fundamental Legal Rights*, in LPh, 2011, n.º 30, pp. 729 e ss.

Matarella, Bernardo Giorgio, 2007. *Il Principio di Legalità e l'Autotutela Amministrativa, 53.º Convegno di Studi Amministrativi*, Varenna, 2007

Matos, André Salgado de, 2006. *Princípio da Legalidade e Omissão Regulamentar in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Marcello Caetano, no Centenário do seu nascimento, vol. I, Coimbra, pp. 193 e ss.*

Maurer, Hartmut, 2011. *Allgemeines Verwaltungsrecht*, München, (tradução espanhola “Derecho administrativo: parte general” de G. Pascual, Barcelona, 2011)

Mejías, Manuel Gámez, 2004. *El Significado Jurídico Actual del Principio de División de Poderes en las Constituciones Parlamentarias*, Madrid.

Merrill, Thomas W., 1991. *The Constitutional Principle of Separation of Powers*, in Sup. C. Rev., pp. 225 e ss.

Merusi, Fabio, 2001. *Buona Fede e Affidamento nel Diritto Pubblico – Dagli Anni “Trenta” all’ “Alternanza”*, Milano.

Miranda, Jorge, 2007. *Manual de Direito Constitucional - Tomo II – Constituição*, 6.ª ed., Coimbra, 2007

Miranda, Jorge, 2008. *Manual de Direito Constitucional - Tomo IV – Direitos Fundamentais*, 4.ª ed., Coimbra.

Miranda, Jorge, 2010. *Manual de Direito Constitucional - Tomo V – Actividade Constitucional do Estado*, 4.ª ed., Coimbra.

Miranda, Jorge, 2013. *Manual de Direito Constitucional - Tomo VI – Inconstitucionalidade e Garantia da Constituição*, 4.ª ed., Coimbra.

Miranda, Jorge, 2007. *Manual de Direito Constitucional - Tomo VII – Estrutura Constitucional da Democracia*, Coimbra.

Morais, Carlos Blanco de, 1998. *A Dimensão Interna do Princípio da Subsidiariedade no Ordenamento Português*, in ROA, 1998, Ano 58, pp. 779 e ss.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Morais, Carlos Blanco de, 1998. *As Leis Reforçadas – As Leis Reforçadas pelo Procedimento no Âmbito dos Critérios Estruturantes das Relações entre Actos Legislativos*, Coimbra, 1998
- Morais, Carlos Blanco de, 2012. *Curso de Direito Constitucional – As funções do Estado e o Poder Legislativo no Ordenamento Português* - Tomo I, 2.ª ed., Coimbra, 2014.
- Morais, Carlos Blanco de, 2014. *Curso de Direito Constitucional – A Teoria da Constituição em tempo de Crise do Estado Social* - Tomo II, Coimbra, 2014
- Moreso, Josep Joan, 2002. Confliti tra Prinzipi Costituzionali. *Diritto & Questione Pubbliche*, 2: 19-34.
- Moreso, José Juan, 2008. *Alexy y la Aritmética de la Ponderación*, in M. Carbonell (ed.), *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008.
- Novais, Jorge Reis, 1997. *Separação de Poderes e Limites da Competência Legislativa da Assembleia da República*, Lisboa, 1997.
- Novais, Jorge Reis, 2003. *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra
- Novais, Jorge Reis, 2004. *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra.
- Novais, Jorge Reis, 2015. *A Dignidade da Pessoa Humana, I. Dignidade e Direitos Fundamentais*.
- Novais, Jorge Reis, 2016. *A Dignidade da Pessoa Humana, I. Dignidade e Inconstitucionalidade*.
- Oliveira, Mário Esteves de / João Pacheco de Amorim / Pedro Costa Gonçalves, 2010. *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.ª ed., 8.ª reimp., Coimbra
- Otero, Paulo, 1995. *O poder de substituição em Direito Administrativo – Enquadramento dogmático-constitucional*, vol. I, Lisboa.
- Otero, Paulo, 1995. *O poder de substituição em Direito Administrativo – Enquadramento dogmático-constitucional*, vol. II, Lisboa.
- Otero, Paulo, 2003. *Legalidade e Administração Pública – O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2010. *Direito Constitucional Português – Volume I – Identidade Constitucional*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2010. *Direito Constitucional Português – Volume II – Organização do Poder Político*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2012. *A Dimensão Política da Administração Pública: a Quebra do mito da Separação de Poderes entre Política e Administração*, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda – vol. IV – Direito Administrativo e Justiça Administrativa*, Coimbra, pp. 713 e ss.
- Otero, Paulo, 2013. *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2016. *Direito do Procedimento Administrativo - I*, Coimbra.
- Pastor, Juan Alfonso Santamaría, 2009. *Principios de Derecho Administrativo General – Tomo I*, 2.ª ed., Madrid.
- Piçarra, Nuno, 1986. *A Separação de Poderes na Constituição de 76. Alguns Aspectos*, in J. Miranda (org.), *Nos Dez Anos*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- da Constituição, Lisboa, pp. 145 e ss.
- Piçarra, Nuno, 1989. *A Separação de Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional. Um Contributo para o Estudo das suas Origens e Evolução*, Coimbra, 1989
- Piçarra, Nuno, 1990. *A Reserva de Administração*, in OD, 1990, Ano 122, n.º 2, pp. 325 e ss.
- Piçarra, Nuno, 1990. *A Reserva de Administração, II*, in OD, 1990, Ano 122, n.º 3, pp. 571 e ss.
- Piçarra, Nuno, 2012. *O Princípio da Separação de Poderes e os Limites da Competência do Parlamento face ao Governo na Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda - vol. III – Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, 2012, pp. 33 e ss.
- Pinheiro, Alexandre Sousa / Lomba, Pedro, 2008. *Artigo 111.º*, in P. Otero (coord.), *Comentário à Constituição Portuguesa*, III-I, Coimbra, 2008, pp. 55 e ss.
- Pino, Giorgio, 2011b. I Principi tra Teoria della Norma e Teoria dell'Argomentazione Giuridica. *Diritto & Questione Pubbliche*, 11: 75-110.
- Pintore, Anna, 1982. *Norme e Principi. Una Critica a Dworkin*. Quaderni di Filosofia Analitica del Diritto. Milano: A. Giuffrè.
- Pulido, Carlos Bernal, 2003. *Estructura y límites de la ponderación*, in Dx, n.º 26, pp. 225-238
- Pulido, Carlos Bernal, 2008. *La Racionalidad de la Ponderación*, in M. Carbonell (ed.) *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, pp. 43 e ss.
- Quadros, Fausto de, 1995. *O Princípio da Subsidiariedade no Direito Comunitário após o Tratado da União Europeia*, Coimbra.
- Queiró, Afonso Rodrigues, 2000. *A Função Administrativa*, in Estudos de Direito Público, vol. II, *Obra Dispersa*, Tomo I, Coimbra, pp. 75 e ss.
- Raz, Joseph, 1972. *Legal Principles and the Limits of Law* in *Yale Law Journal*, 81: 823-54
- Rodriguez, Jorge, 1995. *Contradicciones Normativas: Jaque a la Concepción Deductivista de los Sistemas Jurídicos*. *Doxa*, 17/18: 357-382.
- Ross, Alf, 1968. *Directives and Norms*. New York: The Humanities Press.
- Ross, Alf, 2004. *On Law and Justice*. Reprint. New Jersey: the Law Book Exchange, Ltd.
- Rubin, Edward, 1989. *Law and Legislation in the Administrative State*, in Colum. L. Rev., 1989, vol. 89, n.º 3, pp. 369 e ss.
- Ruggeri, Antonio, 2009. *Fonti, Norme, Criteri Ordinatori – Lezioni*, 5.ª ed., Torino, 2009
- Salavérria, Juan Igartua, 1996. *Principio de legalidad, conceptos indeterminados y discrecionalidad administrativa*, in REDA, 1996, n.º 92, pp. 535 e ss.
- Sastre, Silvia Diez, 2008. *El Precedente Administrativo: fundamentos y eficacia vinculante*, Madrid, 2008
- Schmidt-Aßmann, Eberhard, 2003. *Das Allgemeine Verwaltungsrecht als Ordnungs Idee: Grundlagen und Aufgaben der verwaltungsrechtlichen Systembildung*, Heidelberg, 1998 (tradução espanhola “La Teoría General del Derecho Administrativo como Sistema – Objecto y fundamentos de la construcción sistemática”, de M. Bacigalupo *et al.*,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Madrid, 2003)
- Schønberg, Søren, 2003. *Legitimate Expectations in Administrative Law*, Oxford, 2003
- Sieckmann, Jan-R., 1990. *Regelmodelle und Prinzipienmodelle des Rechtssystems*, Baden-Baden, 1990
- Sieckmann, Jan-R., 1994. *Semantischer Normbegriff und Normbegründung*, in ARSP, 1994, n.º 80, pp. 227 e ss.
- Sieckmann, Jan-R., 1994. *Logische Eigenschaften von Prinzipien*, in [Rechtstheorie](#), 1994, vol. 25, n.º 2, pp. 163 e ss. (tradução castelhana “Las propiedades lógicas de los principios”, in “El Modelo de los principios de derecho”, colectânea orientada por L. V. Borda, Bogotá, 2006, pp. 13 e ss.)
- Sieckmann, Jan-R., 1997. *Richtigkeit und Objectivität im Prinzipienmodell*, in ARSP, 1997, n.º 83, pp. 14 e ss. (tradução castelhana “Corrección y objectividad en el modelo de principios”, in “El Modelo de los principios de derecho”, colectânea orientada por L. V. Borda, Bogotá, 2006, pp. 235 e ss.)
- Sieckmann, Jan-R., 2010. *Balancing, Optimisation and Alexy’s “Weight Formula”*, in J.-R. Sieckmann (ed.) *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Frankfurt, 2010, pp. 103 e ss.
- Sieckmann, Jan-Reinhard, 2011a. Los Derechos Fundamentales como Principios. In *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*. Ed. Jan Reinhard Sieckmann, Madrid: Marcial Pons: 27-50.
- Sieckmann, Jan-Reinhard, 2011b. Balancing, Optimisation, and Alexy’s “Weight Formula”. In *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*. Ed. Jan Reinhard Sieckmann. Stuttgart: Franz Steiner Verlag: 101-118.
- Sieckmann, Jan-R., 2013. *Legislation as Implementation of Constitutional Law: A Foundation for the Demand of Legislative Rationality*, in L. Wintgens/A Daniel Oliver-Lalana (eds.), *The Rationality and Justification of Legislation – Essays in Legisprudence*, New York, 2013, pp. 107 e ss.
- Silva, Vasco Pereira da, 1996. *Em Busca do Acto Administrativo Perdido*, Coimbra, 1996
- Silva, Virgílio Afonso da, 2009. *Direitos Fundamentais: Conteúdo Essencial, Restrições e Eficácia*, São Paulo, 2009
- Silva, Virgílio Afonso da, 2011. *Teoría de los Principios, Competencias para la Ponderación y Separación de Poderes*, in J. R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, Madrid, 2011, pp. 243 e ss.
- Soares, Rogério Ehrardht, 1955. *Interesse Público, Legalidade e Mérito*, Coimbra, 1955
- Soares, Rogério Ehrardht, 1981. *Princípio da Legalidade e Administração Constitutiva*, in BFDUC, 1981, vol. LVII, pp. 169 e ss.
- Soares, Rogério Ehrardht, 1986. *Sentido e Limites da Função Legislativa no Estado Contemporâneo*, in J. Miranda/M. Rebelo de Sousa (eds.) *A Feitura das Leis*, vol. II, Oeiras, 1986, pp. 431 e ss.
- Solé, Juli Ponce, 2001. *Deber de Buena Administración y Derecho al Procedimiento Administrativo Debido: las bases constitucionales del procedimiento Administrativo y del ejercicio de la discrecionalidad*, Valladolid.
- Sousa, Marcelo Rebelo de / André Salgado de Matos, 2008. *Direito Administrativo Geral*, Tomo I, 3.ª ed., Lisboa.
- Sousa, Marcelo Rebelo de / André Salgado de Matos, 2006. *Direito Administrativo Geral*, Tomo III, 2.ª ed. Lisboa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Sousa, Marcelo Rebelo de, 1979. *Direito Constitucional I – Introdução à Teoria da Constituição*, Braga.
- Stelkens, Ulrich, 2010. *The Public-Private Law Divide*, in Annual Report 2010 Germany, *Ius Publicum Network Review*, 2011, disponível em formato electrónico em: <http://www.ius-publicum.com/>
- Stewart, Richard B., 1975. *The Reformation of American Administrative Law*, in Harv. L. Rev., 1975, n.º 88, pp. 1675 e ss.
- Strauss, Peter L., 1984. *The Place of Agencies in Government: Separation of Powers and the Fourth Branch*, in Colum. L. Rev., 1984, vol. 84, n.º 3, pp. 573 e ss.
- Strauss, Peter L., 1987. *Formal and Functional Approaches to Separation-of-Powers Questions-A Foolish Inconsistency?*, in Cornell L. Rev., 1987, n.º 72, pp. 488 e ss.
- Strauss, Peter L., 1989. *Legislative Theory and the Rule of Law: Some Comments on Rubin*, in Colum. L. Rev., 1989, vol. 89, n.º 3, pp. 427 e ss.
- Utz, Stephen, 1992. *Rules, Principles, Algorithms and the Description of Legal Systems*, in RJ, 1992, vol. 5, n.º 1, pp. 23 e ss.
- Vignudelli, Aljs, 2007. *Sulla separazione dei poteri nel diritto vigente*, in D&Q, 2007, n.º 7, pp. 201 e ss.
- Ville, Maurice J. C., 1998. *Constitutionalism and the Separation of Powers*, 2.ª ed., Indianapolis.
- Vipiana, Piera Maria, 1990. *L'Autolimita della Pubblica Amministrazione. L'Attività Amministrativa fra Coerenza e Flessibilità*, Milano.
- Wang, Peng Hsiang, 2010. *Principles as Ideal Ought. Semantic considerations on the logical structure of principles*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Stuttgart, pp. 29 e ss.
- Zucca, Lorenzo, 2007. *Constitutional Dilemmas. Conflicts of Fundamental Legal Rights in Europe and the USA*, Oxford, 2007.
- Zucca, Lorenzo, 2008. *Conflicts of Fundamental Rights as Constitutional Dilemmas*, in *Sant'Anna Legal Studies*, STALS Research Paper n.º 16/2008, disponível em formato electrónico em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1154528.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course PhD in law

Curricular unit

Introduction to Public Law

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Pedro Brito Veiga Moniz Lopes

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

N/A



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Learning outcomes of the curricular unit

The non essentialist conception of the areas of law, such as any category, arises out of a certain existent convention. It is arguable whether this convention grasps the "summa divisio" between Private and Public law. Portuguese Public Law encompasses its own principles, whether common to the constitutional and administrative system, whether exclusive of each system. This seminar aims at discussing the complex task of distinguishing rules and principles, understanding the informational synthesis they contain, isolating its way of operating and, based on its proper characteristics, categorize them, among others, in:

- substantial and formal principles;
- decisional and organizational principles;
- explicit and implicit principles and;
- excludent and non excludent principles.

Categorizing principles is deemed a relevant step for understanding the functioning of principles, particularly in the context of balancing under normative conflict scenarios (*i.e.*, in principle ↔ principle conflicts and in principle ↔ rule conflicts).

Understanding the structure and functioning of principles, *qua* regulative norms of subsectors of a given legal system, is deemed essential for its dogmatic application within the proper areas of law, mainly through the development through legal authorities and judicial case law, both within constitutional and administrative law.

Among the relevant principles to be analyzed are the following:

- principle of separation of powers
- principle of human dignity
- principle of rule of law
- principle of legitimate expectations
- principle of equality
- principle of legality
- principle of pursuit of public interest
- principle of proportionality
- principle of impartiality
- principle of good faith
- principle of justice

Syllabus

1. Areas of law:
 - 1.1. Public and Private Law
 - 1.2. Criteria for distinction
2. Rules and principles: criteria for distinction
 - 2.1. Functional and structural criteria
 - 2.2. Semantic, pragmatic and syntactic criteria
3. Structure, functioning and categorization of principles
 - 3.1. Substantial and formal principles;
 - 3.2. Decisional and organizational principles;
 - 3.3. Explicit and implicit principles and;
 - 3.4. Excludent and non excludent principles.
4. Associated consequences
 - 4.1. Differentiated conflict scenarios
 - 4.2. Different methods of balancing
 - 4.3. Specificities of normative conflict scenarios
 - 4.3.1. Principle ↔ principle conflict
 - 4.3.2. Principle ↔ rule conflict
5. Principles of constitutional law: function and operability
 - 5.1. principle of separation of powers
 - 5.2. principle of human dignity
 - 5.2.1. Types of fundamental rights



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 5.3. principle of rule of law
- 5.4. principle of legitimate expectations
- 5.5. principle of equality

6. Principles of administrative law: function and operability
 - 6.1. principle of legality
 - 6.2. principle of pursuit of public interest
 - 6.3. principle of proportionality
 - 6.4. principle of impartiality
 - 6.5. principle of good faith
 - 6.6. principle of justice

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The main objectives of the discipline are discussing the complex task of distinguishing rules and principles, analyzing and understanding the functioning of Portuguese constitutional and administrative law principles, understanding understanding the informational synthesis they contain, isolating its way of operating and, based on its proper characteristics, categorize them in such a way that better enables its application.

Teaching methodologies (including evaluation)

Student participation in classes is encouraged. For that purpose, readings will be recommended for each class. Discussion and critical analysis of the materials will be implemented. Students are also encourage to voluntarily deepen knowledge over certain themes, by presentation in classes or writing small papers. Debates will take place on subjects dealt in the discipline.

Evaluation includes:

- Participation in classes (25%);
- Presentation and debates (25%);
- Written report on subjects of the Syllabus (50%).

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The aforementioned intended interactivity of classes aims at stimulating the critical thinking of students. Students are encouraged to deepen knowledge over certain themes of the Syllabus, by presentation in classes or writing small papers.

Main Bibliography

- Aa. Vv. (Fausto de Quadros et. al.), 2016. *Comentário ao Código do Procedimento Administrativo*, Almedina, 201
- Aarnio, Aulis, 1990. *La Tesis de la Única Respuesta Correcta y el Principio Reglativo del Razonamento Jurídico*, in Dx, 1990, n.º 8, pp. 23 e ss.
- Ackerman, Bruce, 2000. *The New Separation of Powers*, in Harv. L. Rev., 2000, vol. 113, n.º 3, pp. 633 e ss.
- Alchourrón, Carlos, 1991. *Conflicts of Norms and the Revision of Normative Systems*, *Law and Philosophy*, 10, 4: 413 ss
- Alchourrón, Carlos, 2012, On Law and Logic. In *The Logic of Legal Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti, Oxford. Oxford University Press: 39-52.
- Alegretti, Umberto, 1965. *L'Imparzialità Amministrativa*, Padova, 1965



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Aleinikoff, Thomas Alexander, 1987. *Constitutional Law in the Age of Balancing*, in Yale L. J., 1987, vol. 96, n.º 5, pp. 944 e ss.
- Alexy, Robert, 2000. On the Structure of Legal Principles, *Ratio Juris* 13: 294-304.
- Alexy, Robert, 2003. On Balancing and Subsumption: A Structural Comparison, in RJ, 2003, vol. 16, n.º 4, pp. 433 e ss.
- Alexy, Robert, 2003. Die Gewichtsformel, in J. JICKELI ET AL. (eds.), *Gedächtnisschrift für Jürgen Sonnenschein*, Berlin, pp. 771 e ss.
- Alexy, Robert, 2004. Trans. *A Theory of Constitutional Rights*. Oxford: Oxford University Press.
- Alexy, Robert. 2014. Formal Principles: a Reply to Critics. *International Journal of Constitutional Law* 12: 511-524.
- Almeida, Mário Aroso de, 2015. *Teoria Geral do Direito Administrativo: Temas Nucleares*, 2.ª ed., Coimbra.
- Amaral, Diogo Freitas do, 2011. *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, 3.ª ed., Coimbra, 2016
- Atienza, Manuel/Manero, Juan Ruiz, 2005. *Las Piezas del Derecho – Teoría de los Enunciados Jurídicos*. 3rd ed. Barcelona: Ariel.
- Atienza, Manuel/Manero, Juan Ruiz, 2012. Rules, Principles and Defeasibility. In *The Logic of Legal Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti, Oxford. Oxford University Press: 238-254.
- Ávila, Humberto, 2010. *Theory of Legal Principles*, Dordrecht.
- Bäcker, Carsten, 2010. *Rules, Principles and Defeasibility*, in M. Borowski (ed.), On the Nature of Legal Principles, Proceedings of the Special Workshop “The Principle Theory”, 23rd World Congress of the International Association for Philosophy of Law and Social Philosophy, Kraków, 2007, Stuttgart, 2010, pp. 79 e ss.
- Beltrán, Jordi Ferrer/Ratti, Giovanni Battista, 2012. Defeasibility and Legality: a Survey. In *The Logic of Legal Requirements – Essays on Defeasibility*. Eds. J. F. Beltrán/G. Battista Ratti. Oxford: Oxford University Press: 11-39.
- Bin, Roberto, 1992. *Diritti i Argomenti. Il Bilanciamento degli Interessi nella Giurisprudenza Costituzionale*, Milano.
- Blanke, Hermann Josep, 2000. *Vertrauensschutz im deutschen und europäischen Verwaltungsrecht*, Tübingen.
- Bolaños, Bernardo, 2010. *Balancing and Legal Decision Theory*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Stuttgart, pp. 63 e ss.
- Borowski, Martin, 1998. *Gründrechte als Prinzipien*, Baden-Baden, 1998
- Borowski, Martin, 2000. *La Restricción a los Derechos Fundamentales*, in REDC, 2000, ano 20, n.º 59, pp. 29 e ss.
- Borowski, Martin, 2011. *Derechos de Defensa como Principios de Derecho Fundamental*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, 2011, pp. 93 e ss.
- Brożek, Bartosz, 2012. Legal Rules and Principles: a Theory Revisited. *i-lex. Scienze Giuridiche, Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale* 17: 205-226.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Caetano, Marcello, 2003. *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, vol. 1, 6.ª ed., Coimbra.
- Caetano, Marcello, 2007. *Manual de Direito Administrativo*, vol. I, 10.ª ed., 9.ª reimp., Coimbra.
- Calmes, Sylvia, 2001. *Du principe du protection de la confiance légitime en droits allemand, communautaire et français*, Paris.
- Canas, Vitalino, 2012. *A proibição do excesso como instrumento mediador de ponderação e optimização (com incursão na teoria das regras e dos princípios)*, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda – vol. III – Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, 2012, pp. 811 e ss.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, 2003. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra.
- Carbonell, Miguel (Ed.), 2008, *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008
- Carolan, Eoin, 2009. *The New Separation of Powers: A Theory for the Modern State*, Oxford.
- Casetta, Elio, 2008. *Manuale di Diritto Amministrativo*, Milano.
- Cassese, Sabino, 2006. *Istituzioni di Diritto Amministrativo*, 2.ª ed., Milão.
- Clérico, Laura, 2008. *El Examen de Proporcionalidad: entre el Exceso por Acción y la Insuficiencia por Omisión o Defecto*, in M. Carbonell (ed.), *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008, pp. 167 e ss.
- Clérico, Laura, 2009. *El Examen de Proporcionalidad en el Derecho Constitucional*, Buenos Aires.
- Correia, Fernando Alves, 2001. *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*, Coimbra, 2001
- Correia, José Manuel Sérvulo, 2003. *Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos*, reimp., Coimbra.
- Coutinho, Luís Pereira, 2000. *As Duas Subtracções - Esboço de uma Reconstrução da Separação entre as Funções de Legislar e de Administrar*, in RFDUL, pp. 99 e ss.
- Criddle, Evan J., 2006. *Fiduciary Foundations of Administrative Law*, in UCLA L. Rev., n.º 54, pp. 117 e ss.
- De Groot-van Leeuwen, Leny E./Wannes Rombouts (eds.), 2010. *Separation of Powers in Theory and Practice – An International Perspective*, Nijmegen.
- Duarte, David, 1996. *Procedimentalização, Participação e Fundamentação: para uma Concretização do Princípio da Imparcialidade Administrativa como Parâmetro Decisório*, Coimbra.
- Duarte, David, 2006. *A Norma de Legalidade Procedimental Administrativa – A Teoria da Norma e a Criação de Normas de Decisão na Discricionabilidade Instrutória*, Coimbra.
- Duarte, David, 2012. *A Experimental Essay on the Antecedent and its Formulation*, i-lex. Scienze Giuridiche, Scienze Cognitive e Intelligenza Artificiale, 16: 37-60.
- Dworkin, Ronald, 1978. *The Model of Rules – I*. In Ronald Dworkin, *Taking Rights Seriously*, MA: Harvard University Press: 14-45.
- Dworkin, Ronald, 1985. *Is There Really no Right Answer in Hard Cases?* In Ronald Dworkin, *A Matter of Principle*. Cambridge MA: Harvard University Press: 119-145.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Elhag, Abdullatif A.O. /Breuker, Joost A.P.J /Brouwer, Bob W., *On the Formal Analysis of Normative Conflicts*, in H. v. den Herik et. al. (eds.), *Legal Knowledge based Systems*, in *Jurix*, 1999, *The Twelfth Conference*, Nijmegen: 35-46.
- Eisenmann, Charles, 1957. *Le Droit Administratif et le Principe de Legalité*, in ED/CE, 1957, n.º 11, pp. 25 e ss..
- Eisenmann, Charles, 1983. *Cours de Droit Administratif*, II, Paris.
- Enterría, Eduardo Garcia de / Tomás Ramón Fernandez, 2004. *Curso de Derecho Administrativo*, 12.ª ed., Madrid, 2004
- Garcia, Maria da Glória, 2005. *Princípio da Igualdade: Fórmula Vazia ou Fórmula “Carregada” de Sentido*, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Coimbra, pp. 66 e ss..
- Guarinoni, Ricardo Victor, 2001. *Después, más alto y excepcional. Criterios de solución de incompatibilidades normativas*, in *Dx*, 2001, n.º 24, pp. 547 e ss.
- Guastini, Riccardo, 1999. Los Principios en el Derecho Positivo. In Riccardo Guastini, *Distinguiendo. Estudios de Teoría y Metateoría del Derecho*. Barcelona: Guedisa: 142-178.
- Guastini, Riccardo, 1999. *La Gramática de ‘Igualdad’*, in *Distinguiendo. Estudios de Teoría y Metateoría del Derecho*. Barcelona, pp. 193 e ss.
- Huerta Ochoa, Carla, 2003. *Conflictos Normativos*, Instituto de Investigaciones Jurídicas, Serie Doctrina Juridica, n.º 142, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 2003
- Jansen, Nils, 2011. *Los Fundamentos Normativos de la Ponderación Racional en el Derecho*, in J.-R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, 2011, pp. 51 e ss.
- Jiménez, Luis Arroyo, 2009. *Ponderación, Proporcionalidad y Derecho Administrativo*, in L. Ortega/S. de la Sierra (coords.), *Ponderación y Derecho Administrativo*, Madrid, 2009, pp. 19 e ss.
- Krotoszynski Jr., Ronald J., 2011. *The Separation of Legislative and Executive Powers*, in T. Ginsburg / R. Dixon (eds.), *Comparative Constitutional Law*, Northampton.
- Leisner, Walter, 1997. *Der Abwägungsstaat: Verhältnismäßigkeit als Gerechtigkeit?*, Berlin.
- Lopes, Pedro Moniz, 2011. *Princípio da Boa Fé e Decisão Administrativa – estrutura e operatividade na discricionarieidade conferida por normas habilitantes*, Coimbra.
- Lopes, Pedro Moniz, 2011. *Princípios como Induções Deonticas: a Previsão Indutiva, o Déficit Informativo e a Derrotabilidade Condicional nos Princípios Jurídicos*, in *Nomos*, edição 1011.1, 2011, pp. 197 e ss.
- Luzatti, Claudio, 2012. *Principi e Principi. La Genericità nel Diritto*, Torino: G. Giappichelli Editore.
- Magill, Elizabeth, 2000. *The Real Separation in Separation of Powers Law*, in *Va. L. Rev.*, vol 86, n.º 6, pp. 1127 e ss.
- Magill, Elizabeth, 2000. *Beyond Powers and Branches in Separation of Powers Law*, in *U. Pa. L. Rev.*, 2001, n.º 150, p. 603 e ss.
- Manning, John F., 2011. *Separation of Powers as Ordinary Interpretation*, in *Harv. L. Rev.*, 2011, n.º 124, pp. 1939 e ss.
- Martínez Zorrilla, David, 2007. *Conflictos Constitucionales, Ponderación y Indeterminación Normativa*. Madrid: Marcial Pons.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Martinez-Zorrilla, David, 2011. *The Structure of Conflicts of Fundamental Legal Rights*, in LPh, 2011, n.º 30, pp. 729 e ss.
- Matarella, Bernardo Giorgio, 2007. *Il Principio di Legalità e l'Autotutela Amministrativa*, 53.º Convegno di Studi Amministrativi, Varenna, 2007
- Matos, André Salgado de, 2006. *Princípio da Legalidade e Omissão Regulamentar in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Marcello Caetano*, no Centenário do seu nascimento, vol. I., Coimbra, pp. 193 e ss.
- Maurer, Hartmut, 2011. *Allgemeines Verwaltungsrecht*, München, (tradução espanhola "Derecho administrativo: parte general" de G. Pascual, Barcelona, 2011)
- Mejías, Manuel Gámez, 2004. *El Significado Jurídico Actual del Principio de División de Poderes en las Constituciones Parlamentarias*, Madrid.
- Merrill, Thomas W., 1991. *The Constitutional Principle of Separation of Powers*, in Sup. C. Rev., pp. 225 e ss.
- Merusi, Fabio, 2001. *Buona Fede e Affidamento nel Diritto Pubblico – Dagli Anni "Trenta" all' "Alternanza"*, Milano.
- Miranda, Jorge, 2007. *Manual de Direito Constitucional - Tomo II – Constituição*, 6.ª ed., Coimbra, 2007
- Miranda, Jorge, 2008. *Manual de Direito Constitucional - Tomo IV – Direitos Fundamentais*, 4.ª ed., Coimbra.
- Miranda, Jorge, 2010. *Manual de Direito Constitucional - Tomo V – Actividade Constitucional do Estado*, 4.ª ed., Coimbra.
- Miranda, Jorge, 2013. *Manual de Direito Constitucional - Tomo VI – Inconstitucionalidade e Garantia da Constituição*, 4.ª ed., Coimbra.
- Miranda, Jorge, 2007. *Manual de Direito Constitucional - Tomo VII – Estrutura Constitucional da Democracia*, Coimbra.
- Morais, Carlos Blanco de, 1998. *A Dimensão Interna do Princípio da Subsidiariedade no Ordenamento Português*, in ROA, 1998, Ano 58, pp. 779 e ss.
- Morais, Carlos Blanco de, 1998. *As Leis Reforçadas – As Leis Reforçadas pelo Procedimento no Âmbito dos Critérios Estruturantes das Relações entre Actos Legislativos*, Coimbra, 1998
- Morais, Carlos Blanco de, 2012. *Curso de Direito Constitucional – As funções do Estado e o Poder Legislativo no Ordenamento Português - Tomo I*, 2.ª ed., Coimbra, 2014.
- Morais, Carlos Blanco de, 2014. *Curso de Direito Constitucional – A Teoria da Constituição em tempo de Crise do Estado Social - Tomo II*, Coimbra, 2014
- Moreso, Josep Joan, 2002. *Confliti tra Prinzipi Costituzionali. Diritto & Questione Pubbliche*, 2: 19-34.
- Moreso, José Juan, 2008. *Alexy y la Aritmética de la Ponderación*, in M. Carbonell (ed.), *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, 2008.
- Novais, Jorge Reis, 1997. *Separação de Poderes e Limites da Competência Legislativa da Assembleia da República*, Lisboa, 1997.
- Novais, Jorge Reis, 2003. *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas pela Constituição*, Coimbra
- Novais, Jorge Reis, 2004. *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Oliveira, Mário Esteves de / João Pacheco de Amorim / Pedro Costa Gonçalves, 2010. *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, 2.^a ed., 8.^a reimp., Coimbra
- Otero, Paulo, 1995. *O poder de substituição em Direito Administrativo – Enquadramento dogmático-constitucional*, vol. I, Lisboa.
- Otero, Paulo, 1995. *O poder de substituição em Direito Administrativo – Enquadramento dogmático-constitucional*, vol. II, Lisboa.
- Otero, Paulo, 2003. *Legalidade e Administração Pública – O sentido da vinculação administrativa à juridicidade*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2010. *Direito Constitucional Português – Volume I – Identidade Constitucional*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2010. *Direito Constitucional Português – Volume II – Organização do Poder Político*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2012. *A Dimensão Política da Administração Pública: a Quebra do mito da Separação de Poderes entre Política e Administração*, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda – vol. IV – Direito Administrativo e Justiça Administrativa, Coimbra, pp. 713 e ss.
- Otero, Paulo, 2013. *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra.
- Otero, Paulo, 2016. *Direito do Procedimento Administrativo - I*, Coimbra.
- Pastor, Juan Alfonso Santamaría, 2009. *Principios de Derecho Administrativo General – Tomo I*, 2.^a ed., Madrid.
- Piçarra, Nuno, 1986. *A Separação de Poderes na Constituição de 76. Alguns Aspectos*, in J. Miranda (org.), *Nos Dez Anos da Constituição*, Lisboa, pp. 145 e ss.
- Piçarra, Nuno, 1989. *A Separação de Poderes como Doutrina e Princípio Constitucional. Um Contributo para o Estudo das suas Origens e Evolução*, Coimbra, 1989
- Piçarra, Nuno, 1990. *A Reserva de Administração*, in OD, 1990, Ano 122, n.º 2, pp. 325 e ss.
- Piçarra, Nuno, 1990. *A Reserva de Administração, II*, in OD, 1990, Ano 122, n.º 3, pp. 571 e ss.
- Piçarra, Nuno, 2012. *O Princípio da Separação de Poderes e os Limites da Competência do Parlamento face ao Governo na Jurisprudência Constitucional Portuguesa*, in Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda - vol. III – Direito Constitucional e Justiça Constitucional, Coimbra, 2012, pp. 33 e ss.
- Pinheiro, Alexandre Sousa / Lomba, Pedro, 2008. *Artigo 111.º*, in P. Otero (coord.), *Comentário à Constituição Portuguesa*, III-I, Coimbra, 2008, pp. 55 e ss.
- Pino, Giorgio, 2011b. *I Principi tra Teoria della Norma e Teoria dell'Argomentazione Giuridica. Diritto & Questione Pubbliche*, 11: 75-110.
- Pintore, Anna, 1982. *Norme e Principi. Una Critica a Dworkin*. Quaderni di Filosofia Analitica del Diritto. Milano: A. Giuffrè.
- Pulido, Carlos Bernal, 2003. *Estructura y límites de la ponderación*, in Dx, n.º 26, pp. 225-238
- Pulido, Carlos Bernal, 2008. *La Racionalidad de la Ponderación*, in M. Carbonell (ed.) *El Principio de la Proporcionalidad y Interpretación Constitucional*, Quito, pp. 43 e ss.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Quadros, Fausto de, 1995. *O Princípio da Subsidiariedade no Direito Comunitário após o Tratado da União Europeia*, Coimbra.
- Queiró, Afonso Rodrigues, 2000. *A Função Administrativa*, in Estudos de Direito Público, vol. II, Obra Dispersa, Tomo I, Coimbra, pp. 75 e ss.
- Raz, Joseph, 1972. Legal Principles and the Limits of Law in *Yale Law Journal*, 81: 823–54
- Rodriguez, Jorge, 1995. Contradicciones Normativas: Jaque a la Concepción Deductivista de los Sistemas Jurídicos. *Doxa*, 17/18: 357-382.
- Ross, Alf, 1968. *Directives and Norms*. New York: The Humanities Press.
- Ross, Alf, 2004. *On Law and Justice*. Reprint. New Jersey: the Law Book Exchange, Ltd.
- Rubin, Edward, 1989. *Law and Legislation in the Administrative State*, in Colum. L. Rev., 1989, vol. 89, n.º 3, pp. 369 e ss.
- Ruggeri, Antonio, 2009. *Fonti, Norme, Criteri Ordinatori – Lezioni*, 5.ª ed., Torino, 2009
- Salavérria, Juan Igartua, 1996. *Principio de legalidad, conceptos indeterminados y discrecionalidad administrativa*, in REDA, 1996, n.º 92, pp. 535 e ss.
- Sastre, Silvia Diez, 2008. *El Precedente Administrativo: fundamentos y eficacia vinculante*, Madrid, 2008
- Schmidt-Aßmann, Eberhard, 2003. *Das Allgemeine Verwaltungsrecht als Ordnungs Idee: Grundlagen und Aufgaben der verwaltungsrechtlichen Systembildung*, Heidelberg, 1998 (tradução espanhola “La Teoría General del Derecho Administrativo como Sistema – Objecto y fundamentos de la construcción sistemática”, de M. Bacigalupo *et al.*, Madrid, 2003)
- Schønberg, Søren, 2003. *Legitimate Expectations in Administrative Law*, Oxford, 2003
- Sieckmann, Jan-R., 1990. *Regelmodelle und Prinzipienmodelle des Rechtssystems*, Baden-Baden, 1990
- Sieckmann, Jan-R., 1994. *Semantischer Normbegriff und Normbegründung*, in ARSP, 1994, n.º 80, pp. 227 e ss.
- Sieckmann, Jan-R., 1994. *Logische Eigenschaften von Prinzipien*, in [Rechtstheorie](#), 1994, vol. 25, n.º 2, pp. 163 e ss. (tradução castelhana “Las propiedades lógicas de los principios”, in “El Modelo de los principios de derecho”, colectânea orientada por L. V. Borda, Bogotá, 2006, pp. 13 e ss.)
- Sieckmann, Jan-R., 1997. *Richtigkeit und Objectivität im Prinzipienmodell*, in ARSP, 1997, n.º 83, pp. 14 e ss. (tradução castelhana “Corrección y objectividad en el modelo de principios”, in “El Modelo de los principios de derecho”, colectânea orientada por L. V. Borda, Bogotá, 2006, pp. 235 e ss.)
- Sieckmann, Jan-R., 2010. *Balancing, Optimisation and Alexy’s “Weight Formula”*, in J.-R. Sieckmann (ed.) *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Frankfurt, 2010, pp. 103 e ss.
- Sieckmann, Jan-Reinhard, 2011a. Los Derechos Fundamentales como Principios. In *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*. Ed. Jan Reinhard Sieckmann, Madrid: Marcial Pons: 27-50.
- Sieckmann, Jan-Reinhard, 2011b. Balancing, Optimisation, and Alexy’s “Weight Formula”. In *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*. Ed. Jan Reinhard Sieckmann. Stuttgart: Franz Steiner Verlag: 101-118.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Sieckmann, Jan-R., 2013. *Legislation as Implementation of Constitutional Law: A Foundation for the Demand of Legislative Rationality*, in L. Wintgens/A Daniel Oliver-Lalana (eds.), *The Rationality and Justification of Legislation – Essays in Legisprudence*, New York, 2013, pp. 107 e ss.
- Silva, Vasco Pereira da, 1996. *Em Busca do Acto Administrativo Perdido*, Coimbra, 1996
- Silva, Virgílio Afonso da, 2009. *Direitos Fundamentais: Conteúdo Essencial, Restrições e Eficácia*, São Paulo, 2009
- Silva, Virgílio Afonso da, 2011. *Teoría de los Principios, Competencias para la Ponderación y Separación de Poderes*, in J. R. Sieckmann (ed.), *La Teoría Principialista de los Derechos Fundamentales – Estudios sobre la Teoría de los Derechos Fundamentales de Robert Alexy*, Madrid, Madrid, 2011, pp. 243 e ss.
- Soares, Rogério Ehrardht, 1955. *Interesse Público, Legalidade e Mérito*, Coimbra, 1955
- Soares, Rogério Ehrardht, 1981. *Princípio da Legalidade e Administração Constitutiva*, in BFDUC, 1981, vol. LVII, pp. 169 e ss.
- Soares, Rogério Ehrardht, 1986. *Sentido e Limites da Função Legislativa no Estado Contemporâneo*, in J. Miranda/M. Rebelo de Sousa (eds.) *A Feitura das Leis*, vol. II, Oeiras, 1986, pp. 431 e ss.
- Solé, Juli Ponce, 2001. *Deber de Buena Administración y Derecho al Procedimiento Administrativo Debido: las bases constitucionales del procedimiento Administrativo y del ejercicio de la discrecionalidad*, Valladolid.
- Sousa, Marcelo Rebelo de / André Salgado de Matos, 2008. *Direito Administrativo Geral*, Tomo I, 3.ª ed., Lisboa.
- Sousa, Marcelo Rebelo de / André Salgado de Matos, 2006. *Direito Administrativo Geral*, Tomo III, 2.ª ed. Lisboa.
- Sousa, Marcelo Rebelo de, 1979. *Direito Constitucional I – Introdução à Teoria da Constituição*, Braga.
- Stelkens, Ulrich, 2010. *The Public-Private Law Divide*, in Annual Report 2010 Germany, *Ius Publicum Network Review*, 2011, disponível em formato electrónico em: <http://www.ius-publicum.com/>
- Stewart, Richard B., 1975. *The Reformation of American Administrative Law*, in Harv. L. Rev., 1975, n.º 88, pp. 1675 e ss.
- Strauss, Peter L., 1984. *The Place of Agencies in Government: Separation of Powers and the Fourth Branch*, in Colum. L. Rev., 1984, vol. 84, n.º 3, pp. 573 e ss.
- Strauss, Peter L., 1987. *Formal and Functional Approaches to Separation-of-Powers Questions-A Foolish Inconsistency?*, in Cornell L. Rev., 1987, n.º 72, pp. 488 e ss.
- Strauss, Peter L., 1989. *Legislative Theory and the Rule of Law: Some Comments on Rubin*, in Colum. L. Rev., 1989, vol. 89, n.º 3, pp. 427 e ss.
- Utz, Stephen, 1992. *Rules, Principles, Algorithms and the Description of Legal Systems*, in RJ, 1992, vol. 5, n.º 1, pp. 23 e ss.
- Vignudelli, Aljs, 2007. *Sulla separazione dei poteri nel diritto vigente*, in D&Q, 2007, n.º 7, pp. 201 e ss.
- Ville, Maurice J. C., 1998. *Constitutionalism and the Separation of Powers*, 2.ª ed., Indianapolis.
- Vipiana, Piera Maria, 1990. *L'Autolimita della Pubblica Amministrazione. L'Attività Amministrativa fra Coerenza e Flessibilità*, Milano.
- Wang, Peng Hsiang, 2010. *Principles as Ideal Ought. Semantic considerations on the logical structure of principles*, in J.-R.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Sieckmann (ed.), *Legal Reasoning: the Methods of Balancing*, Stuttgart, pp. 29 e ss.

Zucca, Lorenzo, 2007. *Constitutional Dilemmas. Conflicts of Fundamental Legal Rights in Europe and the USA*, Oxford, 2007.

Zucca, Lorenzo, 2008. *Conflicts of Fundamental Rights as Constitutional Dilemmas*, in *Sant'Anna Legal Studies, STALS Research Paper n.º 16/2008*, disponível em formato electrónico em:
http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1154528.

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.